

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

24/07/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Período para saque do Abono Salarial 2016 começa dia 26

O prazo para o pagamento do abono salarial ano-base 2016 foi prorrogado e os trabalhadores poderão sacar o benefício a partir de quinta-feira (26). O dinheiro ficará disponível até 30 de dezembro. Quase 2 milhões de trabalhadores não retiraram os recursos, o que corresponde a 7,97% do total de pessoas com direito ao benefício. O valor ainda disponível chega a R\$ 1,44 bilhão. O pagamento do abono do PIS/ Pasep começou em 27 de julho de 2017 e terminou no último dia 29 de junho, mas foi aberto um novo período pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Este é o terceiro ano consecutivo em que ocorre prorrogação. Em 2017, essa mesma medida foi tomada. Os empregados da iniciativa privada, vinculados ao Programa de Integração Social (PIS), sacam o dinheiro nas agências da Caixa Econômica Federal. Para saber se tem algo a receber, a consulta pode ser feita pessoalmente, via internet ou no telefone 0800-726-0207. Para os funcionários públicos vinculados ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), a referência é o Banco do Brasil, que também atende pessoalmente, via internet e pelo 0800- 729-0001. Tem direito ao abono salarial quem trabalhou formalmente por pelo menos um mês em 2016 com remuneração média de até dois salários mínimos. O valor que cada trabalhador tem para sacar depende de quanto tempo ele trabalhou. Quem trabalhou o ano todo recebe o valor cheio, que equivale a um salário mínimo (R\$ 954). Quem trabalhou por apenas 30 dias recebe o valor mínimo, que é R\$ 80. Além do tempo de serviço, para ter direito ao abono de 2016, o trabalhador deveria estar inscrito no PIS/ Pasep há pelo menos cinco anos e ter tido seus dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 24/07/2018

Novo ministro do Trabalho foi autuado 24 vezes por infrações trabalhistas

O recém-nomeado ministro do Trabalho, Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, foi autuado 24 vezes em fiscalizações do Ministério do Trabalho por infrações trabalhistas, entre 2005 e 2013, em sua fazenda, em Conceição do Rio Verde, no Sul de Minas Gerais. Uma das autuações, de 2009, refere-se a dois trabalhadores rurais que estavam sem registro em carteira de trabalho, e, portanto, sem o pagamento de benefícios trabalhistas como FGTS, INSS e férias remuneradas. As fiscalizações geraram multas de R\$ 46 mil. À época, Vieira de Mello era desembargador e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em Belo Horizonte. Os auditores do Ministério do Trabalho fizeram sete fiscalizações entre 2005 e 2013 na Fazenda Campestre, onde o ministro mantinha uma plantação de café. Além dos dois funcionários que estavam há três anos trabalhando sem registro em carteira, a fiscalização encontrou falhas de segurança e de higiene na fazenda.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/07/2018

Brasil tem quase 2 escravos modernos a cada mil habitantes

O Brasil tinha 369 mil escravos modernos em 2016, ou 1,8 a cada mil habitantes, mas estava entre os países que mais combatiam o problema dentro do G20 (grupos das 19 economias mais desenvolvidas e a União Europeia). O levantamento é da organização Walk Free Foundation, que publicou nesta quinta-feira (19) o índice global de escravidão moderna de 2018. A escravidão moderna é um conceito que inclui pessoas que ficaram presas a um contratante por dívida contraída, ou mantidas como trabalhadores domésticos para “pagar” por um serviço, por exemplo. Entre os fatores que contribuem para o problema estão migração, conflitos, regimes repressivos e discriminação.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/07/2018

Ação trabalhista pode ganhar novo indexador

Quem vencer ação trabalhista terá direito a uma correção maior nos valores a serem recebidos. A Justiça do Trabalho vai adotar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) da atualização dos valores referentes às condenações no lugar da Taxa Referencial (TR) – utilizada atualmente. A troca ainda depende de decisão final do Poder Judiciário. A medida começará a valer quando terminar de vez a discussão registrada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) no Supremo Tribunal Federal (STF) for julgada em definitivo, sem possibilidade de recursos.

Fonte: Jornal A Tribuna – 20/07/2018

Mentir no currículo pode gerar demissão por justa causa

É necessário tomar muito cuidado com o que se coloca no currículo ou se diz em entrevistas de emprego. Pessoas estão sendo demitidas por justa causa por conta de mentiras contadas para o patrão, mesmo depois de permanecerem por muito tempo na empresa. E quando o impasse vai parar na Justiça, o cenário não tem favorecido o trabalhador. “Ainda não há uma resposta que prevaleça no Judiciário. Mas a tendência é que mentir no currículo pode dar justa causa”, diz o juiz do Trabalho Marcos Scarlecio.

Fonte: Jornal A Tribuna (online) – 24/07/2018

Volume de crédito consignado para aposentados cresce 16%

Desemprego e queda na renda são alguns dos motivos apontados para que os aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) recorreram mais a empréstimos consignados neste ano. Segundo o Banco Central, o volume de dinheiro emprestado subiu R\$ 4 bilhões nos primeiros cinco meses deste ano, para R\$ 30,2 bilhões. Em comparação ao que foi emprestado no mesmo período de 2017, o aumento é de 16%, quando foram tomados R\$ 26,06 bilhões em crédito consignado por aposentados e pensionistas.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/07/2018